

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – UNIDADE SOBRAL - CE


Caderno de Questões

DIREITO

Data: 28/07/2019

Número de questões: 30 (trinta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
8. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
 - *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
9. O gabarito provisório da prova objetiva e o espelho de correção da prova subjetiva serão divulgados no dia **29/07/2019**, na sede da Defensoria Pública da União em Sobral e no site do CIEE.
10. O prazo para interposição de recurso contra o gabarito provisório e contra o espelho provisórios de correção da prova subjetiva e no dia **30/07/2019**, até às 16 horas, na Defensoria Pública da União, situada na Rua Viriato de Medeiros, 1295, Centro de Sobral/CE.
11. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
12. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
13. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
14. O resultado definitivo será divulgado no dia **27/09/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
15. O processo seletivo terá validade de 12 meses, contado a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado a critério da Defensoria Pública da União em Sobral.
16. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
17. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

QUESTÕES OBJETIVAS

01. A carência do benefício de aposentadoria por invalidez, em regra, é de:

- a) 12 contribuições mensais
- b) 180 contribuições mensais
- c) 60 contribuições mensais
- d) 240 contribuições mensais

02. É competente a Justiça Federal para o julgamento:

- a) de todas as ações judiciais de natureza previdenciária contra o Instituto Nacional de Seguro Social.
- b) de ação judicial previdenciária para concessão de auxílio doença decorrente de acidente do trabalho.
- c) de ação judicial previdenciária de aposentadoria por idade de trabalhador rural.
- d) de ação judicial previdenciária que trate do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Ceará.

03. Para a concessão de auxílio-doença, é preciso a comprovação de:

- a) incapacidade laboral total e permanente
- b) incapacidade para o trabalho permanente e temporária
- c) incapacidade para o trabalho parcial e permanente
- d) incapacidade laboral total e temporária

04. Sobre equiparação ao acidente de trabalho, para os fins da Lei de Benefícios, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I. Equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no percurso da residência para o local de trabalho em seu veículo próprio de locomoção.

II. Considera-se acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local de trabalho durante o horário de refeição.

III. O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de caso fortuito ou força maior, também é equiparado ao acidente de trabalho.

- a) Todas as sentenças estão corretas.
- b) Somente estão corretas a I a II.
- c) Somente está correta a III.

d) Nenhuma das sentenças está correta.

05. Sobre intervenção do Estado na propriedade, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I. Servidão administrativa é a utilização coativa, pelo Estado, de bem particular para atendimento ao interesse coletivo de natureza urgente e transitória.

II. Requisição administrativa é um ato impositivo da Administração Pública de caráter geral, gratuito, unilateral e definitivo, para a consecução de interesses públicos abstratos.

III. Ocupação temporária é direito pessoal da Administração Pública em razão de perigo público iminente, incidente sobre bens móveis, imóveis e serviços, que se caracteriza pela temporariedade.

a) Todas as sentenças estão corretas.

b) Somente está correta a II.

c) Somente está correta a I e a III.

d) Nenhuma das sentenças está correta.

06. Marque a resposta incorreta sobre os atos administrativos:

a) São requisitos do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.

b) A Administração Pública poderá anular atos administrativos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

c) A autoexecutoriedade, um dos atributos do ato administrativo, dispensa a necessidade de a administração obter autorização judicial prévia para a prática do ato.

d) A licença é um ato administrativo unilateral, vinculado e definitivo.

07. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto do contrato administrativo admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, exceto:

a) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

b) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

c) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

d) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração e do contratado.

08. Julgue os itens e marque a alternativa correta:

- I. Depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações de defesa.
 - II. É possível propor reconvenção mesmo sem o oferecimento de contestação.
 - III. O ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao defensor público.
- a) Todas as sentenças estão corretas.
 - b) Somente está correta a II.
 - c) Somente está correta a I e a III.
 - d) Nenhuma das sentenças está correta.

09. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública e, excepcionalmente, pelo Ministério Público.
- b) Será nomeado curador especial ao réu citado por edital ou com hora certa.
- c) Intimado o réu a regularizar a sua representação processual e não o fazendo no prazo designado, o juiz extinguirá o processo.
- d) O réu preso revel terá direito a um curador especial, enquanto não constituir advogado.

10. Sobre os recursos, é correto afirmar que:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de chegada ao protocolo do Tribunal.
- c) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, sofrerá pena de deserção.
- d) Cabe recurso de apelação contra decisão interlocutória que verse sobre o mérito da ação.

11. A revelia não produz o efeito processual previsto em lei nos seguintes casos, a salvo:

- a) havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- b) o litígio versar sobre direitos disponíveis.
- c) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- d) as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

12. Julgue os itens e marque a resposta correta:

I. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

II. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

III. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

a) Todas as sentenças estão corretas.

b) Somente está correta a II.

c) Somente está correta a I e a III.

d) Nenhuma das sentenças está correta.

13. Sobre defeitos dos negócios jurídicos, marque a opção correta:

a) Ocorre estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

b) O dolo, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

d) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

14. Em vista da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:

a) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

b) A definição da curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

c) É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

d) Os curadores são obrigados a prestar, semestralmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

15. Segundo o Código Civil, “Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição...”. Sobre a prescrição, marque o item incorreto:

- a) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- b) A interrupção da prescrição dar-se-á por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Prescreve em dois anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

16. A respeito da classificação da Constituição brasileira de 1988, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Quanto ao processo de mudança a Constituição de 1988 é considerada pela doutrina majoritária como rígida, característica esta não atribuível às constituições não-escritas, que são, por definição, constituições flexíveis.
- II. Quanto à essência a CF/88 é considerada analítica devido ao seu caráter detalhista, minucioso.
- III. Quanto ao conteúdo a CF/88 é uma constituição material, uma vez que nela está expresso um imenso catálogo de direitos fundamentais.
- IV. Quanto à origem a Constituição brasileira de 1988 é democrática.

- a) III e IV são verdadeiras
- b) II e IV são verdadeiras
- c) somente IV é verdadeira
- d) somente I é falsa

17. Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais julgue os itens abaixo e marque o item verdadeiro:

- I. As cláusulas pétreas são consideradas normas de eficácia absoluta, eis que impedem a ação do legislador tendente a aboli-las.
- II. As normas de eficácia plena, também denominadas de normas bastantes em si, tem por atributo mais notório a produção integral e direta de seus efeitos, os quais podem sofrer restrições pelo legislador infraconstitucional.
- III. As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, direta e vinculante.
- IV. As normas de eficácia limitada, ou diferida, podem ter seu alcance ampliado pelo legislador ordinário, apesar de quando promulgadas não apresentarem qualquer eficácia jurídica até seja efetivada a integração legislativa.

- a) I e II são verdadeiras
- b) III e IV são verdadeiras
- c) somente IV é verdadeira
- d) I e III são verdadeiras

18. Sobre a interpretação das normas constitucionais analise os itens e aponte a alternativa correta:

I. Os métodos clássicos de interpretação das leis (gramatical, lógico, teleológico, histórico e sistemático), por não se amoldarem à estrutura das normas constitucionais, as quais possuem semântica aberta, são imprestáveis à hermenêutica constitucional, porquanto baseada na colisão entre princípios.

II. Pelo método normativo-estruturante, a norma constitucional é composta pelo programa normativo, contido no enunciado e pelo domínio normativo, assentado na realidade social, razão pela qual seria produto da relação entre texto e contexto.

III. A utilização do método tópico-problemático induz o intérprete a analisar o caso concreto, sem necessariamente observar a coerência e unidade do sistema normativo.

IV. Quando se vale do método hermenêutico-concretizador, o intérprete parte do problema para a Constituição, a partir de suas pré-compreensões, imiscuindo-se num “círculo hermenêutico” entre a norma e o caso concreto, até identificar a solução para o dilema constitucional.

a) I e III são falsas

b) II e III são verdadeiras

c) somente II é verdadeira

d) II e IV são verdadeiras

19. No que tange aos direitos fundamentais em espécie, aprecie os itens abaixo e marque a alternativa correta:

I. A liberdade de expressão do pensamento é assegurada amplamente pela Constituição, podendo sujeitar-se à licença ou censura prévia para coibir críticas contundentes a atuação de agentes políticos como o Presidente da República ou para preservar a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira diante de mensagens publicitárias de valorização da homossexualidade.

II. O direito à informação, por não ser absoluto, pode ser restrito por ato normativo infralegal do Chefe do Executivo, em relação a informações que a par de não se relacionarem diretamente com a segurança nacional, possam desencadear protestos públicos capazes de desestabilizar os índices econômicos no país.

III. A proibição de tortura, diversamente do direito à vida, é considerada um direito fundamental absoluto, portanto, não suscetível a relativizações hermenêuticas, em nenhuma hipótese.

IV. Está inserido no âmbito de proteção do direito à propriedade o disparo de arma de fogo com a finalidade de afastar ameaça de turbção ou esbulho praticados por ocupantes pacíficos de movimentos de reivindicação de terras e moradia.

a) somente III é verdadeira

b) I e II são verdadeiras

c) II e III são verdadeiras

d) I e IV são verdadeiras

20. Acerca do controle de constitucionalidade, leia as assertivas e assinale o item certo:

- I. O Defensor Público Geral-Federal tem legitimidade ativa para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- II. São considerados atos normativos passíveis de Ação Direta de Inconstitucionalidade os decretos regulamentares de matérias disciplinadas pelo legislador ordinário, assim como os decretos autônomos, isto é, aqueles que inovam no ordenamento jurídico, com características de generalidade e abstração.
- III. Os atos normativos *interna corporis* dos Tribunais Superiores não podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, por lhes faltar os atributos da generalidade e abstração, já que são, na realidade, meros atos administrativos internos dessas cortes.
- IV. O controle concentrado por ADI das Medidas Provisórias recai tanto nos pressupostos de relevância e urgência da medida como na oportunidade e conveniência de sua edição pelo Chefe do Poder Executivo.
- a) somente I é falsa
- b) somente III e IV são falsas
- c) somente II e III são falsas
- d) todas são falsas

21. Assinale a alternativa correta sobre a Defensoria Pública enquanto função essencial à justiça:

- a) ao defensor público é assegurado o exercício da advocacia fora de suas funções institucionais, ficando impedido apenas de litigar contra a União.
- b) são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e gratuidade da prestação de seus serviços.
- c) a inamovibilidade não é uma garantia da instituição Defensoria Pública, mas do membro regularmente investido em suas funções.
- d) às Defensorias Públicas Estaduais, diversamente da Defensoria Pública da União, não são asseguradas autonomia funcional e administrativa, nem iniciativa quanto à sua proposta orçamentária, uma vez que sujeitas à gestão do Governador do Estado.

22. Dentre as alternativas abaixo indique qual NÃO é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública da União de acordo com o art. 44 da Lei Complementar 80/94:

- a) deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder, havendo, portanto, flexibilização da garantia da independência funcional.
- b) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, desde que munido do respectivo mandato para poderes gerais ou especiais.
- c) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.

d) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

23. Leia os itens e marque a opção correta quanto ao erro no Código Penal:

a) o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço; se evitável, autoriza a punição por crime culposos.

b) tem a pena reduzida de um sexto a dois terços quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

c) em caso de erro sobre a pessoa determinado por terceiro, respondem o terceiro e o agente, sendo consideradas, nesta hipótese, não as condições ou qualidades da vítima, mas as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

d) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa, se prevista em lei a modalidade culposa do delito.

24. No tocante à extinção da punibilidade assinale o item correto:

a) a anistia exclui todos os efeitos penais e extrapenais, inclusive a obrigação de indenizar.

b) a fuga do condenado é causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.

c) a prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, por ter sido abolida do Código Penal, não está sujeita ao tratamento mais benéfico de direito material contra a *novatio legis in pejus*.

d) apesar de proibida a concessão de indulto a condenados por crimes qualificados como hediondos, é admitida essa causa de extinção de punibilidade a condenados por tráfico de drogas na modalidade privilegiada.

25. A respeito do crime de estelionato, assinale a opção correta:

a) não comete crime de estelionato o filho maior e válido de segurado falecido que saca, após a morte, os valores alusivos ao benefício de aposentadoria então percebidos pelo *de cujus*, correspondentes ao mês imediatamente anterior ao do óbito, conquanto saiba o descendente não fazer jus à pensão por morte.

b) o delito de estelionato contra a Previdência Social é crime instantâneo de efeitos permanentes tanto para o segurado que sabe estar recebendo o benefício fraudulento quanto para o servidor que deferiu a prestação em troca de vantagem pecuniária.

c) pratica crime de estelionato previdenciário o cidadão que ingressa com pedido de aposentadoria urbana por tempo de contribuição, com base em certidão de tempo de contribuição ideologicamente falsa, ainda quando o servidor da Previdência constata, de plano, a inviabilidade da pretensão, em virtude de somatório insuficiente de tempo de serviço previsto no documento falso, bastando para a configuração do delito o dolo de fraudar do segurado.

d) no crime de estelionato contra a Previdência, a reparação do dano antes de recebida a denúncia isenta o agente de pena.

26. Sobre os crimes de uso e falsificação de documento e falsidade ideológica, assinale a alternativa correta:

- a) o agente que falsifica e utiliza o documento falso responde necessariamente pelo concurso de crimes entre a falsificação e o uso, haja vista a independência das condutas.
- b) o agente que visando contrair melhores condições de financiamento junto a um determinado banco declara, em documento fornecido pela própria instituição no ato da contratação, renda ideologicamente falsa, a menor, responderá tanto pelo falso quanto pelo crime de estelionato.
- c) por ser um crime material, para a configuração da falsidade ideológica é imprescindível a realização de perícia.
- d) o motorista que ao sofrer busca pessoal pela polícia, tem encontrado em seu bolso carteira de habilitação falsa, poderá responder pelo crime de uso de documento falso, ainda que o documento contrafeito não tenha sido apresentado por iniciativa de seu próprio portador.

27. Damião, morador de rua, primário e de bons antecedentes, foi preso em flagrante dentro de repartição pública federal, fora de horário de expediente, mantendo em sua posse equipamentos de informática do órgão, sob a suspeita de prática do crime de furto. Na audiência de custódia o juiz converteu o flagrante em prisão preventiva, sob o fundamento de risco à aplicação da lei penal, por se tratar de pessoa indocumentada e sem endereço certo. Após contato com a família, o defensor público conseguiu obter os documentos pessoais do indiciado, assim como comprovação de endereço fixo de parentes consanguíneos. Diante dessa situação hipotética, a medida processual tecnicamente mais adequada a ser proposta, de imediato, pelo defensor público é:

- a) pedido de relaxamento de prisão.
- b) pedido de liberdade provisória sem fiança.
- c) pedido de revogação da prisão preventiva.
- d) habeas corpus.

28. Joaquim, pessoa sem antecedentes criminais, morador de comunidade carente de Sobral, vinha à noite a pé em trajeto para a sua casa após dia regular de trabalho, sendo abordado por policial militar que nele realizou busca pessoal aleatória, nada tendo encontrado de ilícito. No mesmo contexto, o agente de polícia ingressou na casa de Joaquim, sem seu consentimento e sem mandado judicial, e realizando buscas no local, identificou o que parecia ser substância entorpecente, em quantidade compatível com o tráfico de drogas, resultando na prisão em flagrante de Joaquim. Com base nesses fatos hipotéticos, marque a alternativa correta:

- a) a prisão é legal, pois a prova obtida seria inevitavelmente descoberta apesar da busca domiciliar.
- b) a prisão é legal, uma vez que a prova do crime de tráfico foi obtida por uma fonte independente da diligência de busca pessoal.
- c) a prisão é ilegal, sendo a ilegalidade configurada a partir do ingresso na residência, à noite, sem mandado judicial, que sempre deve ser apresentado para tal diligência nessas condições, sem exceção.

d) a prisão é ilegal, uma vez que não havia fundada suspeita da prática de crime que justificasse a busca domiciliar sem mandado judicial.

29. Dentre as hipóteses abaixo aponte aquela em que NÃO é cabível o Recurso em Sentido Estrito (RESE):

- a) contra decisão que recebe a denúncia ou queixa.
- b) contra decisão que declara o juízo incompetente.
- c) contra decisão que decreta a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- d) contra decisão que concede ou nega a ordem de habeas corpus.

30. No que concerne à suspensão condicional do processo marque a opção falsa:

- a) a suspensão condicional do processo poderá ser proposta após a sentença condenatória, quando houver a desclassificação para crime cuja pena em concreto seja igual ou inferior a um ano, desde que preenchidos os demais requisitos.
- b) o rol de condições legais para o cumprimento do período de prova é taxativo, não podendo o juiz especificar outras condições diversas das expressamente previstas, em prestígio à vedação de interpretação *in malam partem* da norma penal de natureza material.
- c) a suspensão poderá ser mantida, mediante justificativa, mesmo se o acusado, no curso do período de prova, descumprir qualquer das condições impostas.
- d) a suspensão será obrigatoriamente revogada se, no curso do período de prova, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.

